

## A FALA DOS EXCLUÍDOS

Regina Leite Garcia\*  
Victor V. Vallá\*\*

**RESUMO:** Discutindo-se as formas de lidar com a exclusão integrativa a que estão sujeitas as classes subalternas, pretendemos deixar falar os historicamente silenciados, pondo em questão o que é saber e quem define o que é saber.

**Palavras-chave:** subalternidade, poder, saber, impasse, novo paradigma

Nossa experiência avaliza-nos a afirmar que para compreender os grupos populares é necessária uma mudança de perspectiva dos agentes/pesquisadores e pesquisadoras, sem o que não se entranha no conhecimento acumulado por estes grupos. Nem os representantes do poder constituído, nem tampouco a Academia, as ONGs, os partidos políticos têm conseguido “ler” a fala dos grupos populares, no sentido que eles dão a suas próprias falas. Ainda que comprometidos com as suas lutas, freqüentemente “interpretam” as falas populares a partir de sua visão etnocêntrica, que os leva a avaliar as falas dos “outros” como fragmentos de um discurso desarticulado, sincrético, pouco coerente. A formação escolarizada dos profissionais mediadores entre os grupos populares e a sociedade global dificulta a aceitação de que haja outros conhecimentos e outras formas de produzir conhecimentos, a partir de outras lógicas, levando o mediador ou mediadora a assumir o papel de “tutor”, o que desqualifica os grupos populares e dificulta o diálogo entre os dois grupos e a convergência de suas lutas. Isto acontece com os pesquisadores e pesquisadoras da Academia, com os técnicos e técnicas das secretarias e das ONGs, com os(as) militantes dos

\* Doutora em educação pela UFRJ e professora titular de Educação na Universidade Federal Fluminense.

\*\* Doutor em História pela USP, professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz e professor adjunto da Universidade Federal Fluminense.

partidos políticos, dos sindicatos e das igrejas e com as professoras e professores das escolas públicas. Lidam freqüentemente com as classes subalternas (adultos, jovens ou crianças) como quem já dispõe de todo um instrumental de análise da realidade e como quem está diante da mais absoluta ignorância, nada tendo pois a aprender com a população que pretendem ajudar.

Essa postura pode ser observada quando os profissionais pretendem subsidiar a sociedade civil com informações técnicas fundamentais para a sua luta por conquistar/garantir direitos, ou quando as professoras empenham-se em socializar conhecimentos que poderão contribuir para uma melhor inserção futura de alunos e alunas no mundo do trabalho, ou mesmo quando chamam os pais e as mães a fim de comprometê-los com o trabalho desenvolvido na escola.

As perguntas que se colocam são: Será suficiente conhecer a realidade dos grupos com os quais se trabalha para que se possa transmitir informações, ou seria necessário mais do que isso? E o que é “conhecer a realidade dos grupos”? Será que a solução é simplificar a mensagem, “enxugar os conteúdos”, como tantas vezes fazem as professoras? Haveria possibilidade de construção de um novo conhecimento, que seja resultado de uma relação desigual entre as partes? Será possível estabelecer um diálogo construtivo e respeitoso entre os saberes acadêmicos e os saberes populares, diálogo que ultrapasse a desigualdade estrutural das classes, dos gêneros, das raças e etnias, que rompa com a distância artificialmente criada pelos que se colocaram “em cima” e os que foram colocados “embaixo”?

O que de um modo geral acontece é a imposição de um conhecimento que subalterniza o conhecimento popular, impedindo-o de se manifestar. Seria importante voltar a Gramsci, à sua tão conhecida afirmação de que “o elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe. O elemento intelectual ‘sabe’ mas não compreende ou, particularmente, ‘sente’”. E Gramsci acrescenta que embora o intelectual acredite que se possa “saber sem compreender e, especialmente, sem sentir”, o saber é o resultado da vinculação dialética das paixões elementares do povo às leis da história. Fica clara a vinculação entre saber-política-movimento histórico. O saber é, portanto, um dos espaços de luta pelo poder. É como canta o nosso Caetano:

O samba vai vencer  
quando o povo perceber  
que é o dono da jogada.

Será por isso que no Brasil o número de analfabetos continua a ser um dos mais altos do mundo e, como por coincidência, os índices de distribuição de renda são os mais baixos do mundo? Será esta a razão para os mais pobres e analfabetos votarem nos candidatos que representam os interesses mais conservadores, deixando assim de garantir a sua representação no Legislativo e no

Executivo? Será por isso que o Movimento dos Sem-Terra vem criando escolas nos assentamentos para alfabetizar os analfabetos? Parece que o povo às vezes sabe e outras vezes não sabe. O que não é muito diferente do que acontece com os intelectuais que, embora pensem sempre que sabem, nem sempre sabem.

Tamarit (1992) faz uma interessante aproximação entre as discussões de Gramsci sobre o “saber” no que se refere aos conceitos de senso comum e de núcleos de bom senso, e à multiacidentalidade do signo proposta por Bakhtin (Voloshinov 1976). Gramsci está nos dizendo que o senso comum das classes populares é constituído de elementos contraditórios, decorrentes de suas experiências de vida, especialmente do trabalho, mas também, resultado dos processos hegemônicos. A experiência de classe e de trabalho, sobretudo durante as crises, traz a possibilidade de emergência de núcleos de bom senso, que se constituem em núcleos emancipatórios. Voloshinov afirma o signo como espaço de luta de classes, na medida em que cada signo, sempre ideológico, é “lido” por diferentes grupos com diferentes acentos — o signo é, portanto, multiacental. As diferentes classes e grupos sociais usam a mesma língua, mas a usam como linguagem, de formas diferentes, apesar de a classe dirigente tentar escamotear a luta entre as diferentes orientações, apresentando o signo como eterno, imutável e uniacental. E conclui: “Cada signo tem duas caras... esta qualidade dialética interna do signo se exterioriza abertamente apenas em tempos de crises ou mudanças revolucionárias.” Para ambos, Gramsci e Bakhtin (Voloshinov), as condições ordinárias da vida dificultam a emergência do aspecto positivo da contradição implícita na ideologia dominante, enquanto nos momentos de crise e de luta o seu potencial revolucionário manifesta-se. Os saberes populares trazem dialeticamente possibilidades de manutenção do *status quo* e de transformação, na medida em que podem ser acrílicos e reforçadores de mitos e dependência, mas podem também ser críticos e desmitificadores da ideologia dominante. Esta é uma questão fundamental quando se trabalha com os grupos populares — identificar os conteúdos revolucionários das falas e ações populares e contribuir para que estes núcleos se ampliem e fortaleçam, num diálogo em que os grupos populares e os “intelectuais” se enriquecem e avançam.

Em 12 de dezembro de 1995, na Gare de Lyon, Pierre Bourdieu discursava para ferroviários em greve, defendendo o apoio ativo dos intelectuais à greve nacional. Segundo ele, a filosofia é um serviço público, construído desde a Terceira República, para a construção da solidariedade nacional e para a expansão da igualdade. E defendia com veemência que intelectuais e ferroviários em luta são todos filósofos, na medida em que se opõem, tanto uns quanto outros, à nobreza do Estado que se apropria dos bens públicos, à tirania dos *experts* que repetem a ladainha do novo leviatanismo do mercado mundial, e aos tecnocratas que só enxergam barbárie fora do neoliberalismo. Bourdieu conduziu todo o seu discurso no sentido de mostrar a convergência das lutas de ferroviários e intelectuais, filósofos ambos. E todos entenderam e ovacionaram um discurso que se fazia entender e que, sem dúvida, contribuiu para o fortalecimento do grupo de ferroviários em greve. Como Gramsci, Bourdieu entende que todos os homens (e mulheres) são filósofos.

O importante em nossa discussão é que Bourdieu estava contribuindo para a mudança da equação de uma relação desigual entre as partes, incluindo a outra parte da relação intelectual-povo, reconhecendo o povo como portador de conhecimentos, o que muda as relações de poder.

No Brasil hoje, assistimos a uma situação semelhante, quando João Pedro Stédile, economista e autor de livros sobre a questão agrária no Brasil, e José Rainha Junior e outras lideranças do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra, filósofos todos, ameaçam os latifundiários com um movimento que já conseguiu 600 assentamentos e mais 100 acampamentos por todo o país. Este movimento põe em questão o valor inalienável da propriedade, denunciando o sentido anti-social de se sobrepor o valor da propriedade da terra, ainda que improdutiva, ao direito inalienável à terra para produzir, ao trabalho e à vida.

É muito difícil admitir, ainda que intelectualmente o façamos, que Foucault (1979) estava certo ao afirmar que

o que os intelectuais descobriram é que as massas não têm necessidade deles para saber; sabem claramente, perfeitamente, muito melhor do que eles; e o afirmam extremamente bem. Porém existe um sistema de poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida este discurso e este saber. Poder que não está somente nas instâncias superiores da censura, mas que se funde mais profundamente, mais sutilmente em toda a malha da sociedade.

O desafio continua — para trabalhar junto com os grupos populares há que se romper com a onipotência historicamente construída, assumindo o conteúdo de classe presente na relação entre intelectuais e “não-intelectuais” e se abrir para o “outro” numa relação de troca entre diferentes, que se encontram na luta comum contra o poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida o discurso e o saber populares.

Estas e tantas outras questões têm nos desafiado a procurar novos paradigmas teórico-epistemológicos, que possam dar conta de uma situação que continua a penalizar as classes subalternas.

Nosso esforço é no sentido de nos debruçarmos sobre o que os grupos subalternizados vêm dizendo através de palavras, gestos, ou mesmo por seu próprio silêncio. Temos feito releituras do que antes, nós e outros, qualificávamos como apatia, desinteresse, conformismo, fatalismo, malandragem, passividade. Temos identificado formas de resistência popular que se revelam a olhos deformados pela lente cientificista como simples astúcia, malícia, cooptação ou ingenuidade. Quem nos diz que o trabalhador que usa o seu tempo livre (?) para se reunir com os companheiros na escola de samba é preguiçoso? O que dizer do camponês que “rouba” de seu horário de trabalho um tempo para fazer a sua horta de subsistência? Será conformista a mulher que tendo tido seis filhos, se organiza e luta por uma creche? Será apático o menino que a professora calou com um “não é nós faz, é nós fazemos” e se mostra desinteressado? Podemos considerar cooptação quando o favelado recebe a camiseta e o dinheiro para distribuir os panfletos do candidato

a vereador? Será fatalismo compartilhar com Deus as desgraças decorrentes de uma enchente? E o que dizer das piadas, dos repentes, dos blocos carnavalescos e das fantasias, da literatura de cordel, dos bumba-meu-boi, dos jornais de bairro, das rádios comunitárias e das TVs populares?

O que ontem víamos como acomodação ou cooptação hoje avaliamos como estratégia viável de sobrevivência, o que considerávamos derrota hoje entendemos como avanço possível e, o que nos parece mais importante, acúmulo de forças para novas lutas e maiores conquistas.

A luta e a possibilidade de conquistas não se colocam apenas no nível pessoal ou de pequenos grupos de comunidades populares, embora haja sempre a necessidade das pequenas lutas pela sobrevivência. No entanto, se estas lutas, mesmo algumas vezes resolvendo o problema imediato, não tocarem na estrutura de poder que produz a miséria, será como encher um saco durante o dia para que ele se esvazie durante a noite. As dificuldades para as classes populares e as suas lutas pela transformação da sociedade terão de ser revistas à luz da nova conjuntura internacional que atinge toda a América Latina especialmente desde os anos 80.

Há um consenso entre os estudiosos mais progressistas no que se refere às repercussões do processo de globalização da economia e da política. A tendência aponta para a internacionalização das indústrias e das tecnologias de ponta que, não sendo mais nacionais, dispensarão a criatividade e a inventividade de cidadãos nacionais e os “recursos nacionais” de cada país. Os governos nacionais, especialmente os do Terceiro Mundo, passarão a ter a difícil tarefa de incentivar um mínimo de coesão entre os vários segmentos da população, pois a alternativa será o acúmulo de riqueza ainda maior entre os “habilitados” e um declínio de padrão de vida ainda maior para aqueles que não teriam o que oferecer.

O modelo neoliberal hegemônico aponta para uma intensificação da retirada do Estado, não somente da economia mas também de suas históricas responsabilidades sociais. A tendência desta nova ordem mundial é o deslocamento da produção do centro, onde a classe trabalhadora tem poder de pressão, para zonas de alta repressão e baixos salários, com uma produção dirigida aos setores privilegiados da economia global. Desta forma, grande parte da população mundial poderia tornar-se supérflua para a produção e até como mercado.

É importante situar este processo dentro do marco histórico da América Latina onde a defesa dos pobres não tem sido historicamente preocupação das políticas governamentais, tornando-se praticamente inexistente na última década. A dificuldade já crônica dos governos latino-americanos de recolher impostos, sobretudo dos que mais ganham, e sua freqüente incompetência para usar adequadamente os recursos arrecadados acabam contaminando as atividades sociais como educação e saúde. (Valla 1994)

Nesse sentido, a proposta neoliberal que se desenvolve na América Latina agrava o atendimento aos serviços básicos, colocando novos desafios para quem se propõe a trabalhar com a questão de educação e saúde. A saúde

pública, como um desses serviços, encontra-se em crise, pois, se de um lado há uma política formal de cobertura universal, por outro lado são implementadas políticas de “enxugamento do aparelho do Estado”, agravadas pela municipalização dos serviços. O mesmo se pode dizer da educação, que apresenta um quadro de fracasso escolar, com a permanência de altíssimos índices de analfabetismo, de evasão dos quadros de professores em decorrência dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho, de apresentação de soluções oficiais absolutamente inadequadas para a situação a que chegou a escola brasileira.

A municipalização dos serviços de saúde e de educação, por exemplo, traz em seu bojo grandes dificuldades. A principal é a de passar a responsabilidade dos serviços de saúde e de educação para as prefeituras, sem o repasse automático pelos governos federal e estaduais da verba necessária para a manutenção desses serviços. Outra consequência dessa política no setor de saúde é a redução ao nível federal dos programas de combate a doenças como malária, hanseníase, tuberculose, hipertensão, dengue e, ultimamente, a cólera, reforçando, assim, seu caráter endêmico.

Embora o “ajuste” brasileiro esteja ainda em seu início, já é possível observar os resultados tanto nos serviços de saúde quanto nos de educação. Na área de saúde enfrenta-se uma redução no atendimento da população no setor público, com os setores de emergência dos hospitais aceitando apenas pacientes encaminhados de outras unidades, e não a partir da demanda espontânea da rua. Numa reportagem recente de um jornal carioca, o diretor de um hospital público admitiu que diariamente se faz a escolha de atender os pacientes que têm mais chances de sobreviver. Apenas durante um mês, oito crianças morreram num hospital público no Leblon, bairro da zona sul do Rio, porque não havia respiradores artificiais infantis suficientes (Ryff 1993; Valla 1994). A lista de problemas na área de saúde parece sem fim, mas apenas para ficar numa grande metrópole como o Rio de Janeiro, poder-se-ia citar que não há um só leito público para portadores do vírus HIV na Baixada Fluminense e que 80% das pessoas que procuram o setor de doenças infecto-parasitárias do Hospital Universitário da UFRJ também são portadoras do mesmo vírus (Valla 1995).

Na área de educação a situação não é menos crítica. Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação (CNTE) denuncia os salários pagos para professores e professoras em todo o Brasil. Há professoras ganhando menos do que o salário mínimo em mais de um estado e o máximo que chegam a receber, em início de carreira, são quatro salários mínimos, quando têm licenciatura curta, e menos de cinco salários mínimos quando têm licenciatura plena. A categoria magistério vem sendo considerada uma categoria em extinção. Das 180 mil professoras leigas, algumas chegam a ganhar cinco e seis reais por mês. Com salários tão baixos, as greves são frequentes e a evasão de professores e professoras é crescente. É comum uma turma não ter sequer uma aula de matemática ou de ciências ou mesmo de língua portuguesa durante todo o ano por falta de professor ou professora. E isso

acontece nas grandes cidades, onde o contingente de profissionais do magistério ainda é grande, apesar das evasões. Nos pequenos municípios a situação é muito pior por falta de recursos e de vontade política para contratar professoras e professores.

Em nível internacional começa a aparecer uma tendência em aceitar os reflexos cruciais da “nova ordem mundial” como naturais e inevitáveis. Num encontro internacional de ONGs, um dos expositores afirmou estar ouvindo com certa frequência em países do Primeiro Mundo a idéia de que crianças do Terceiro Mundo, acometidas por doenças como diarreia aguda, não deveriam ser salvas, pois tal recurso só prolongaria uma vida já destinada à miséria e ao sofrimento. Uma afirmação semelhante já apareceu em artigo científico no qual o autor recomenda que, se num determinado país ou região, o número de nascimentos ameaçar a “deterioração ecológica”, medidas de saúde pública como reidratação oral não deveriam ser socializadas, já que aumentariam os anos/homens de miséria (Valla 1994).

Na mesma perspectiva de exclusão dos improdutivos ou dos “poluidores” do mundo com a sua miséria, vemos desde alguns anos mulheres sendo esterilizadas, sem serem sequer consultadas. Isso vem acontecendo em toda a América Latina, continente que, na nova ordem mundial, não deve se tornar área de potenciais conflitos — e, segundo os estrategistas do neoliberalismo, uma superpopulação de miseráveis aumenta a probabilidade de que isso ocorra.

Qualquer que seja a inserção do Brasil numa nova ordem mundial, tudo indica que esta inserção causará profundas mudanças na sociedade brasileira, sejam elas, mais uma vez, de prejuízo para a grande maioria, ou representem a oportunidade de ser construída uma democracia que inclua um mercado interno mais amplo e um comportamento solidário dos setores progressistas com os chamados “excluídos”, isto é, os “integrados de uma forma muito desigual”.

Uma questão que parece pacífica é a de que qualquer governo, seja ele progressista ou não, dificilmente encontraria soluções para a crise sem a participação ativa e efetiva da sociedade civil. Na medida em que se entenda esta sociedade civil como sendo composta de organizações voluntárias (partidos políticos, associações profissionais e de moradores, clubes e igrejas), pode-se dizer que a sociedade civil brasileira é bastante restrita, mesmo se for entendida como sendo de caráter popular. Ou seja, permanece a questão crucial de como contemplar as grandes parcelas da população que são rotuladas de “excluídas” ou de “massas”. Parece importante dizer, também, que, se é necessário que os setores organizados da sociedade civil continuem e intensifiquem suas reivindicações para que os governos federal, estaduais e municipais ofereçam os serviços básicos de quantidade e qualidade, por outro lado, é preciso ser realista e trabalhar com a hipótese de que tal possibilidade pode não acontecer de uma forma adequada. Exemplo bem conhecido é o da epidemia de cólera no Peru, e o recurso popular denominado o “duplo caminho”. Mesmo com a sociedade civil reivindicando e pressionando o governo federal por mais investimentos para enfrentar a epidemia, a resposta foi uma fria recusa, sob a justificativa de que a

verba pública já estava comprometida com o pagamento dos juros da dívida externa. Na realidade, foram os grupos populares da sociedade civil que socorreram os atingidos pela epidemia. Sua organização foi de tal forma eficiente, que os peruanos apresentam hoje a taxa mais baixa de mortalidade decorrente da cólera no mundo (Valla 1994). Outro exemplo é o das “explicadoras”, estratégia encontrada pelos moradores das favelas cariocas para resolver o problema da omissão das escolas na fixação dos conteúdos pedagógicos. Como as professoras não têm tempo para fazer exercícios de fixação daquilo que ensinam, mulheres da própria comunidade, que muitas vezes sabem apenas um pouco mais do que as crianças, ocupam o espaço desocupado pela escola e fazem “classes de dever e de estudo”, nas quais as crianças estudam aquilo que foi ensinado na aula. Pelo visto o trabalho das “explicadoras” mostra resultados positivos, tanto que o número de “explicadoras” é crescente.

O impasse aponta para novos caminhos

A discussão apresentada acima sugere a busca de novos caminhos, na teoria e na prática. É claro que, tanto na teoria quanto na prática, uma nova discussão se coloca. O exemplo do “duplo caminho” demonstra que não há como negar a responsabilidade do Estado com relação a determinados serviços, embora seja importante ter clareza de que enquanto se reivindica (cujos resultados aparecem a médio e longo prazos), medidas imediatas têm de ser tomadas para resolver os problemas emergentes. Isto não significa mais uma cultura do “pacto” ou “reconhecimento de interlocutor na parte dos governantes”. Neste sentido, ações envolvendo apoio mútuo e solidariedade entre profissionais/mediadores e grupos populares podem surgir como algumas das respostas, não somente em emergências, mas como um estilo de trabalho.

E sempre lembrando com Maiakowski que

Primeiro  
É preciso  
Transformar a vida,  
Para cantá-la  
Em seguida.

#### The discours of excluded

**ABSTRACT:** *In a discussion of the ways of dealing with an integrating exclusion to which the subaltern classes are subjected, we intend to let those historically silenced speak, calling into question what is knowledge and who defines what is knowledge.*

#### Bibliografia

- BENJAMIN, W. *Sens unique*. Paris, Maurice Nedeau, 1988.
- De CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GARCIA, R.L. *Cartas londrinas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- GARCIA, R.L. (org.). *A formação da professora alfabetizadora: Reflexões sobre a prática*. São Paulo, Cortez, 1996.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim, Einaudi, 1975.
- MARTINS, J. de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- RYFF, L.A. “Médicos escolhem paciente que vai viver”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1993.
- SANTOS, B. de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento, 1994.
- TAMARIT, José. *Poder y educación popular*. Buenos Aires, Libros del Quimquicho, 1992.
- VALLA, V.V. “A crise de interpretação é nossa: Procurando compreender a fala das classes subalternas”. Reunião Anual da Anped, 1994 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. “Movimentos sociais, educação e intelectuais: Algumas questões metodológicas”. Reunião Anual da Anped, 1995 (mimeo).
- VOLOSHINOV, V. *El signo ideológico y la filosofía del lenguaje*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1976.